



**REDE**  
Para o **DESENVOLVIMENTO**

# PLANO ESTRATÉGICO RICD

**2014 - 2020**

## PREÂMBULO

No mundo, 3,6 mil milhões de pessoas têm rendimentos inferiores a 2€ por dia. Destas, 1,2 mil milhões sobrevivem com menos de 1€ por dia.

57 Milhões de crianças não têm acesso a nenhum tipo de ensino e 490 milhões de mulheres são analfabetas.

Cerca de 2,4 mil milhões de pessoas – cerca de 33% da população mundial – residem em locais sem saneamento básico e mais de 708 milhões continuam a usar fontes de água imprópria para consumo humano.

Anualmente morrem cerca de 7 milhões de crianças com menos de cinco anos, devido a causas totalmente evitáveis como a malária, a diarreia e a pneumonia.

37 Milhões de pessoas estão infetadas pelo vírus do VIH/SIDA - que mata 4.500 pessoas por dia.

A cada hora 39 mulheres morrem no mundo durante o parto. Por ano morrem mais de 500 mil mulheres devido a causas relacionadas com a gravidez.

A cada 30 segundos morre uma pessoa devido à malária. Todos os anos, aproximadamente 300 milhões de pessoas são infetadas por esta doença.

A cada 2,8 segundos uma pessoa morre de fome. Na grande maioria trata-se de crianças com menos de 5 anos<sup>1</sup>.

A fria crueza destes números é amplamente demonstrativa de um mundo assimétrico, com enormes disparidades no plano económico e social e com importantes lacunas na área do desenvolvimento sustentado.

Cientes deste facto, no ano 2000 os líderes mundiais concordaram em unir vontades e esforços em torno de objetivos ambiciosos visando a construção de um mundo mais justo, mais inclusivo e mais solidário. Com a definição dos 8 objetivos prioritários de desenvolvimento do milénio e a clarificação das metas que teriam de ser atingidas até ao ano de 2015 foram dados passos extremamente importantes para a erradicação da pobreza extrema e da fome no mundo, para a diminuição substancial da taxa de mortalidade infantil, para a promoção da igualdade de género, para o combate ao VIH-SIDA, à malária e a outras doenças infecciosas e para o estabelecimento de parcerias globais para o desenvolvimento.

É um facto que nos últimos 14 anos se registaram avanços relevantes na diminuição das desigualdades existentes e que uma parte significativa dos objetivos traçados em 2000 irá estar cumprida em 2015. Mas há, igualmente, o reconhecimento de que existe ainda um longo e árduo caminho a percorrer de modo a que o mundo possa ser o lugar de todos e de cada um e seja possível alcançar um desenvolvimento sustentável e inclusivo, contribuindo para a devida qualidade de vida e dignidade das cidadãs e dos cidadãos do planeta.

Com base nesta realidade têm vindo a ser discutidas e avaliadas as estratégias para a agenda de desenvolvimento pós-2015, que passam pela definição e concretização de novos objetivos, ainda mais ambiciosos e sustentáveis, que motivem o envolvimento cada vez maior dos diferentes agentes públicos e privados e de amplos setores da sociedade. Neste desígnio a Cooperação para o Desenvolvimento assume particular relevo visando *“apoiar regiões, países e comunidades que têm dificuldades e que estão inseridos num*

---

<sup>1</sup> Dados retirados das seguintes publicações: Relatório do Desenvolvimento Humano 2014 – PNUD; The State of the World's Children 2014 In Numbers – UNICEF; Relatório de monitorização Global Educação para Todos 2013/4 - UNESCO

*contexto marcado por um desequilíbrio na repartição dos recursos e das oportunidades a nível mundial (...) com a finalidade de combater as dificuldades económicas e sociais de forma sustentável e duradoura*<sup>2</sup>.

Os municípios portugueses, à semelhança dos seus congéneres na Europa, têm visto o seu papel enquanto *atores do desenvolvimento* confirmado e fortalecido ao longo dos últimos anos. De facto, nas últimas décadas, os municípios europeus e respetivas associações aumentaram e reforçaram o seu envolvimento na Cooperação para o Desenvolvimento procurando contribuir para o reforço de capacidades dos governos locais de países parceiros, facilitando e fortalecendo os respetivos processos de descentralização e desenvolvimento local e contribuindo para a redução da pobreza e cumprimento de objetivos de desenvolvimento internacionais. Considerando a sua proximidade, presença no terreno e conhecimento das necessidades locais e competências especializadas em sectores favoráveis à redução da pobreza – como a assistência a grupos vulneráveis – e ainda a sua experiência e competências em matéria de desenvolvimento territorial, os municípios detêm a capacidade de maximizar os resultados das iniciativas de desenvolvimento.

São diversas as conclusões, resoluções e pareceres publicados pela Comissão Europeia, Comité das Regiões e Parlamento Europeu - ou ainda pelo Governo de Portugal - que reconhecem e encorajam a participação de atores do poder local em iniciativas de Cooperação. A Comunicação da Comissão Europeia *Autoridades Locais - Intervenientes no Desenvolvimento* [SEC (2008) 2570] além de reconhecer o fenómeno emergente da cooperação descentralizada, procura desenhar uma estratégia coordenada que maximize e reforce as experiências das autoridades locais como parceiras no desenvolvimento. A Comunicação da Comissão Europeia *Empoderamento das autoridades locais nos países parceiros para uma melhor governação e resultados mais concretos em termos de desenvolvimento* [COM (2013) 280 final] reafirma a importância das autoridades locais nos países parceiros para a realização dos objetivos de desenvolvimento e propõe um empenhamento mais estratégico em prol do seu empoderamento. O *Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa (2014 – 2020)* reconhece que os municípios e associações de municípios detêm o importante papel na capacitação e transferência de tecnologia para as entidades pares dos países parceiros.

Reconhecendo a importância e o significado da Cooperação para o Desenvolvimento e atendendo à significativa experiência acumulada em anos de iniciativas de cooperação com os países de língua oficial portuguesa e de sensibilização e educação para a cidadania global, um conjunto de municípios portugueses, de diferentes regiões do país, decidiu criar uma associação de municípios tendo em vista a articulação de estratégias e ações de modo a tornar ainda mais eficazes, eficientes e sustentáveis as ações de cooperação para o desenvolvimento e as iniciativas de educação para a cidadania global por eles promovidas. Nasceu assim, da vontade coletiva dos municípios que a integram, a Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento - RICD.

---

<sup>2</sup> “Cooperação e Desenvolvimento” – Plataforma Portuguesa das ONGD

## **QUEM SOMOS**

A Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento (RICD) é uma associação de municípios de direito privado, sem fins lucrativos, que visa o reforço da Cooperação Intermunicipal para o Desenvolvimento. Integram a RICD municípios de todo o país, com ampla representatividade regional. Qualquer município que partilhe os objetivos da RICD e esteja de acordo com os seus estatutos pode solicitar a sua adesão.

## **A NOSSA VISÃO**

Um mundo justo onde a paz, a equidade e o respeito pelos direitos humanos universais sejam uma realidade para todas e todos.

## **A NOSSA MISSÃO**

Contribuir para o desenvolvimento sustentável dos territórios e para a melhoria da qualidade de vida das populações dos países de língua oficial portuguesa através da realização de campanhas de sensibilização e educação para a cidadania global, do desenvolvimento de parcerias estratégicas e da implementação de projetos de cooperação para o desenvolvimento.

## **OS VALORES QUE NOS GUIAM E QUE PARTILHAMOS**

**Equidade** – Todos os indivíduos e todas as nações têm o direito à oportunidade de beneficiar do desenvolvimento. Respeitaremos e defenderemos intransigentemente a igualdade de direitos e de oportunidades de homens e mulheres.

**Transparência** – Providenciaremos ampla e completa informação sobre as nossas iniciativas e projetos de modo a que a nossa atividade possa ser devidamente acompanhada e escrutinada pelo público, em geral, e pelas entidades reguladoras competentes, em particular.

**Sustentabilidade** – As ações e atividades que promovermos terão como prioridade o desenvolvimento integrado e sustentável dos territórios. Todos os projetos a concretizar terão de assegurar a sua sustentabilidade futura.

**Corresponsabilidade** – O desenvolvimento económico e social deve ser uma responsabilidade partilhada por todos. Em todos os processos de cooperação respeitaremos e promoveremos o princípio da liderança e da apropriação dos países e comunidades parcerias no processo do seu desenvolvimento.

**Solidariedade** – Cabe às sociedades mais desenvolvidas apoiar as que têm menos recursos ou que apresentam um maior desequilíbrio na repartição dos recursos existentes. A solidariedade internacional é uma componente indispensável para a concretização do direito ao desenvolvimento, preservando os valores da liberdade e dignidade humana e contribuindo para a diminuição das assimetrias entre países e povos.

# O CONTEXTO EM QUE ATUAMOS

## 1. OS NOSSOS PONTOS FORTES

A associação de um conjunto de municípios de diferentes regiões do país, partilhando objetivos comuns, meios e recursos, uma larga experiência em projetos de cooperação e uma ampla rede de contactos constitui, indubitavelmente, um dos principais pontos fortes da RICD. Simultaneamente, a constituição da RICD possibilita dar uma maior visibilidade às ações a desenvolver, contribuindo para o reforço da sensibilização e educação para a cidadania global. A vontade manifestada pelos municípios que integram a RICD e a estrutura já criada – com órgãos eleitos, estatutos e regulamento interno aprovados e plano de atividades elaborado – são outros dos aspetos que reforçam a posição da RICD e contribuem para o êxito da sua missão. Finalmente, a constituição desta associação de fins específicos enquadra-se no novo paradigma de atuação supramunicipal, constituindo um fator de valorização em termos da obtenção de financiamentos para projetos específicos.

## 2. OS NOSSOS PONTOS FRACOS

Ultrapassada a necessária e complexa fase de constituição da RICD serão dados os primeiros passos para a concretização da importante missão definida. Para o cumprimento desse desígnio a RICD terá de ultrapassar algumas debilidades no plano organizativo que decorrem do seu estado embrionário atual, do facto de se tratar de uma rede pioneira e não existir, deste modo, uma base de experiência acumulada cujos ensinamentos possam ser aproveitados e da inexperiência de trabalho em rede, numa área que apresenta especificidades relevantes. A estes aspetos acrescem as dificuldades que são geradas pela distância geográfica entre os associados e, designadamente, em relação aos destinatários da nossa ação e o estado incipiente dos canais de comunicação que estão a ser criados para uma ampla articulação das atividades e das estratégias. Por outro lado, constituindo a alternância governativa um dos princípios básicos da vida democrática é um facto que as alterações que dela decorrem e a mudança de prioridades em termos da política municipal podem constituir condicionantes de relevo à atividade da RICD, com reflexos negativos na respetiva capacidade e dinâmica de atuação.

## 3. AS OPORTUNIDADES QUE SE NOS DEPARAM

A criação da RICD irá possibilitar uma maior rentabilização de meios e recursos e a agregação de boas práticas e experiências diversas do trabalho relevante anteriormente realizado por cada um dos municípios associados. Este facto, aliado à dimensão e à escala supramunicipal, contribuirá para um maior impacto do trabalho junto das comunidades parceiras e visibilidade do mesmo junto da opinião pública e do setor privado facilitando a integração de empresas e outras entidades privadas em parcerias para iniciativas de cooperação para o desenvolvimento. Por outro lado, esta agregação de esforços e vontades possibilitará alargar os canais de financiamento para projetos específicos, quer no âmbito de candidaturas a fundos europeus, quer através de verbas disponíveis para apoio a iniciativas de cooperação para o desenvolvimento junto de outros doadores. A ligação da RICD ao Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF) constitui uma importante mais-valia pela rica e diversificada experiência desta ONGD na área da cooperação para o desenvolvimento e disponibilidade para partilha de informação e boas práticas.

#### 4. AS AMEAÇAS QUE TEREMOS DE ULTRAPASSAR

A RICD surge num momento de profunda crise económica e financeira, em Portugal e na Europa, com reflexos evidentes nas diversas áreas de atividade municipal. A redução, em termos globais, dos orçamentos municipais e a necessidade de procurar resolver problemas sociais, decorrentes do aumento de situações de carência económica e social a nível local e do desemprego em praticamente todo o país, contribuem para uma menor disponibilidade dos municípios para o apoio a ações na área da cooperação para o desenvolvimento. Por outro lado, a ausência de uma estrutura técnica consolidada, agregadora e multiplicadora da informação pertinente à atividade da RICD constitui, obviamente, uma forte condicionante à dinâmica de trabalho e relações para o êxito da missão que a RICD persegue. Por outro lado, a uma maior escassez das fontes de financiamento de projetos corresponde uma maior procura destas fontes por parte das diversas entidades com trabalho semelhante, criando um natural aumento da competição no acesso a fundos.

# OS PRINCIPAIS ATORES QUE NOS RODEIAM

## 1. BENEFICIÁRIOS

1.1. Diretos – Municípios alvo das ações de cooperação para o desenvolvimento e de educação para a cidadania global; Grupos-alvo específicos dos países parceiros (alunos, professores, técnicos municipais, técnicos associativos, entre outros) e grupos específicos de entidades portuguesas e dos países parceiros (escolas, universidades, centros de saúde, bombeiros, instituições religiosas, entre outras).

1.2. Indiretos – População em geral e todas as entidades envolvidas em Portugal e nos países parceiros.

**2. ALIADOS** – Outras redes disponíveis para trabalhar em parceria (redes de municípios ou de Organizações Não Governamentais em Portugal e nos países parceiros); tecido empresarial, em Portugal e países parceiros; União Europeia – Direção Geral de Desenvolvimento e Cooperação (DEVCO); Governo português, nomeadamente a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Governos centrais e locais dos países parceiros; sociedade civil em geral, em Portugal e nos países parceiros; comunicação social portuguesa e dos países parceiros.

**3. COMPETIDORES** – Outras redes de municípios ou de Organizações Não Governamentais; Outros Municípios, a nível nacional e internacional; Outras Organizações Não Governamentais; e outras entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, com trabalho na área da cooperação para o desenvolvimento.

**4. INIMIGOS** – Entidades corruptas e organizações ou redes ilegais e/ou de crime organizado.

**5. DOADORES** – União Europeia (DEVCO); Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P; municípios e redes intermunicipais portuguesas e internacionais; empresas (através de mecenato, cofinanciamento, serviços, géneros); sociedade civil portuguesa ou dos países parceiros (nomeadamente Fundações, Organizações Não-Governamentais e Associações); cidadãos (através da doação individual de bens ou serviços); Universidades; outras instituições (como hospitais e corporações de bombeiros, por exemplo).

# O NOSSO PLANO DE AÇÃO

## O NOSSO OBJETIVO GERAL

Definiu-se o seguinte objetivo geral:

**– Erradicar a pobreza com base na promoção de um desenvolvimento integrado e sustentável.**

A concretização deste objetivo compreenderá duas fases sequenciais da atividade da RICD, complementares e interligadas. A primeira fase implicará a consolidação e reforço dos aspetos organizativos da Associação, bem como da sua estrutura diretiva e operacional, adequando-a aos desafios do futuro. A segunda fase corresponderá à organização, financiamento e desenvolvimento de projetos nos países beneficiários da ação da RICD. Nesse sentido, foram traçados os objetivos específicos que se apresentam de seguida.

## OS NOSSOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS, RESULTADOS ESPERADOS E ATIVIDADES A DESENVOLVER

### **OE1 – Reforçar a RICD e melhorar a articulação e cooperação entre os diversos atores envolvidos**

Resultado Esperado 1: Capacidade de intervenção da RICD, e respetiva projeção, na área da Cooperação para o Desenvolvimento e da Educação para a Cidadania Global, reforçadas.

Atividade 1.1 - Realização de 4 reuniões temáticas anuais (1 por trimestre) entre os municípios que integram a RICD.

#### **Indicadores de Resultado:**

- Nº de reuniões realizadas;
- Nº de municípios presentes;
- Percentagem (a nível nacional) de municípios presentes;
- Nº de eleitos a participar de forma ativa.

#### **»» Indicadores de Impacto:**

- Nº de iniciativas preparadas e/ou implementadas como resultado das reuniões realizadas;
- % de aumento do grau de visibilidade à RICD, a nível nacional, no seguimento das reuniões.

Atividade 1.2 - Realização de 4 encontros anuais (1 por trimestre) do Fórum dos Técnicos.

#### **Indicadores de Resultado:**

- Nº de reuniões realizadas;
- Nº de municípios presentes;
- Percentagem (a nível nacional) de municípios presentes;
- Nº de técnicos municipais a participar de forma ativa.

#### **»» Indicadores de Impacto:**

- % de aumento das iniciativas preparadas e/ou implementadas como resultado das reuniões realizadas;
- % de novos grupos de trabalho criados e dinamizados.

Atividade 1.3 - Aumento do número de associados da RICD em 15 novos municípios, até ao final de 2016.



**Indicadores de Resultado:**

- Nº de novos municípios aderentes;
- Nº de técnicos designados para Fórum dos Técnicos aumentado;
- Nº de eleitos ativamente envolvidos aumentado.

**»» Indicadores de Impacto:**

- % de aumento da capacidade de intervenção da RICD;
- % de aumento das iniciativas implementadas como resultado da adesão de novos municípios à Rede;
- % de aumento da visibilidade da RICD a nível nacional aumentada (visitas ao site, seguidores no facebook).

Atividade 1.4 - Condução de um diagnóstico global, até final de 2016, de constrangimentos e necessidades sentidas nos países parceiros.

**Indicadores de Resultado:**

- 1 Diagnóstico realizado em 2 fases (3 países em 2015 e 4 países em 2016), partilhado e validado;
- 1 Diagnóstico publicado em formato digital;
- Nº de entrevistas realizadas;
- Nº de atores envolvidos na condução de entrevistas e preparação do diagnóstico.

**»» Indicadores de Impacto:**

- % de aumento do conhecimento sobre necessidades de intervenção junto dos países parceiros.

Atividade 1.5 - Participação em atividades no âmbito do processo de criação da Rede Europeia de Cooperação Territorial Descentralizada.

**Indicadores de Resultado:**

- RICD como membro oficial da Rede Europeia de Cooperação Territorial Descentralizada;
- Nº de presenças da RICD em reuniões e/ou encontros da Rede Europeia de Cooperação Territorial Descentralizada;
- Nº de Parcerias internacionais firmadas;

**»» Indicadores de Impacto:**

- % de aumento da capacidade de intervenção da RICD pela participação e trabalho de partilha com Rede Europeia de Cooperação Territorial.

Atividade 1.6 – Criação e dinamização de dois canais de comunicação da RICD – página de Facebook e newsletter com periodicidade trimestral.

**Indicadores de Resultado:**

- 1 Página de Facebook criada e atualizada;
- Nº de newsletters disseminadas.

**»» Indicadores de Impacto:**

- % de aumento da participação dos Decisores políticos e população em geral na consulta e interação em canais de comunicação promovidos pela RICD.
- % de aumento dos seguidores no facebook

**OE2 – Promover a capacitação dos técnicos de municípios que integram – ou pretendem integrar – a RICD**

Resultado Esperado 2: Técnicos municipais capacitados, com os instrumentos e as ferramentas necessárias, para a dinamização de projetos.

Atividade 2.1 - Formação de técnicos municipais em elaboração, implementação e monitorização de projetos de cooperação para o desenvolvimento e de educação para a cidadania global.

**Indicadores de Resultado:**

- Nº de ações de formação realizadas;
- Nº de técnicos municipais formados.

**»» Indicadores de Impacto:**

- % de aumento da intervenção da RICD pela formação dos técnicos municipais portugueses;
- % de aumento de projetos apresentados e executados em parceria.

### **OE3 – Promover a sensibilização e boa-governança dos municípios envolvidos na RICD e nos municípios de países parceiros**

Resultado Esperado 3: Resultados e boas-práticas de governação difundidas e disseminadas.

Atividade 3.1 – Realização de um seminário anual com a participação de municípios portugueses e municípios dos países parceiros.

**Indicadores de Resultado:**

- 1 Seminário realizado com periodicidade anual;
- Nº de municípios portugueses presentes;
- Nº de municípios de países parceiros presentes.

**»» Indicadores de Impacto:**

- % de aumento da capacidade de trabalho entre pares, municípios portugueses e municípios de países parceiros.

Atividade 3.2 – Realização de uma videoconferência semestral entre eleitos

**Indicadores de Resultado:**

- 2 Videoconferências realizadas por ano;
- Nº de municípios participantes;
- Nº de eleitos participantes.

**»» Indicadores de Impacto:**

- % de aumento da sensibilidade para as questões do desenvolvimento global;
- % de aumento da capacidade de trabalho entre pares;
- % de aumento de implementação de iniciativas de educação para a cidadania global.

### **OE4 – Assegurar fontes de financiamento para projetos a desenvolver pela RICD\***

Resultado Esperado 4: Capacidade financeira da RICD, para o desenvolvimento de projetos de cooperação e iniciativas de educação para a cidadania global, reforçada.

Atividade 4.1 – Apresentação de candidaturas a programas e linhas de financiamento nacionais e/ou internacionais.

**Indicadores de Resultado:**

- Nº de candidaturas apresentadas;
- Nº de projetos aprovados.

**»» Indicadores de Impacto:**

- % de aumento da capacidade de intervenção da RICD pela disponibilidade financeira para implementação de projetos;
- % de aumento dos projetos implementados em parceria ou em Rede.

Atividade 4.2. Realização de pelo menos 1 iniciativa ou campanha anual para angariação de patrocínios ou apoios.

**Indicadores de Resultado:**

- Nº de iniciativas/campanhas realizadas;
- Nº de patrocínios e apoios angariados.

**»» Indicadores de Impacto:**

- % de aumento da capacidade de intervenção da RICD pela disponibilidade de recursos para implementação de projetos;

(\* Diretamente dependente do início de atividade económica da RICD)

**OE5 – Desenvolver projetos de melhoria de infraestruturas e de acesso a serviços sociais básicos nos países parceiros**

Resultado Esperado 5: Qualidade de vida das populações, em países parceiros, reforçada.

Atividade 5.1 – Implementação, até 2020, de 4 ações visando a melhoria das condições de vida da população em países parceiros.

**Indicadores de Resultado:**

- Nº de ações implementadas;
- Nº de beneficiários alcançados.

**»» Indicadores de Impacto:**

- % de melhoria das condições de vida existentes nas áreas de intervenção;
- % de aumento do grau de satisfação da população, verificada através de inquérito (base-line e final).

**OE6 – Desenvolver projetos e iniciativas de melhoria das condições de educação, de formação/qualificação e promoção cultural nos países parceiros.**

Resultado Esperado 6: Oportunidades de escolarização, Capacitação profissional e técnica, empreendedorismo e emprego criadas.

Atividade 6.1 – Implementação, até 2020, de 3 iniciativas visando o reforço de capacitação de técnicos no âmbito da saúde, da segurança e da proteção civil nos países parceiros.

**Indicadores de Resultado:**

- Nº de ações implementadas;
- Nº de beneficiários alcançados.

**»» Indicadores de Impacto:**

- % de aumento da capacidade de intervenção dos profissionais;
- % de aumento de profissionais qualificados;
- % de empregos criados (diretamente relacionados com a formação/capacitação)

Atividade 6.2 – Implementação, até 2020, de 3 projetos visando melhorias nas escolas do ensino básico e da educação pré-escolar nos países parceiros.

**Indicadores de Resultado:**

- Nº de ações implementadas;
- Nº de beneficiários alcançados.

**»» Indicadores de Impacto:**

- % de melhoria das condições de funcionamento das escolas, avaliadas através de inquérito a realizar a professores e comunidade, no início e no fim da intervenção.

Atividade 6.3 – Implementação, até 2020, de 5 ações visando o aumento da qualificação académica e profissional de jovens nos países parceiros.

**Indicadores de Resultado:**

- Nº de ações implementadas;
- Nº de beneficiários alcançados.

**»» Indicadores de Impacto:**

- % de novos profissionais qualificados (os que acabam a formação);
- % de novos profissionais inseridos no mercado de trabalho;
- % de novas empresas criadas

» **Nota explicativa:** indicadores de impacto dependentes de inquérito base a realizar no início da implementação do Plano Estratégico ou da atividade concreta relacionada e atualizado anualmente.

**REDE INTERMUNICIPAL DE COOPERAÇÃO PARA O  
DESENVOLVIMENTO**